

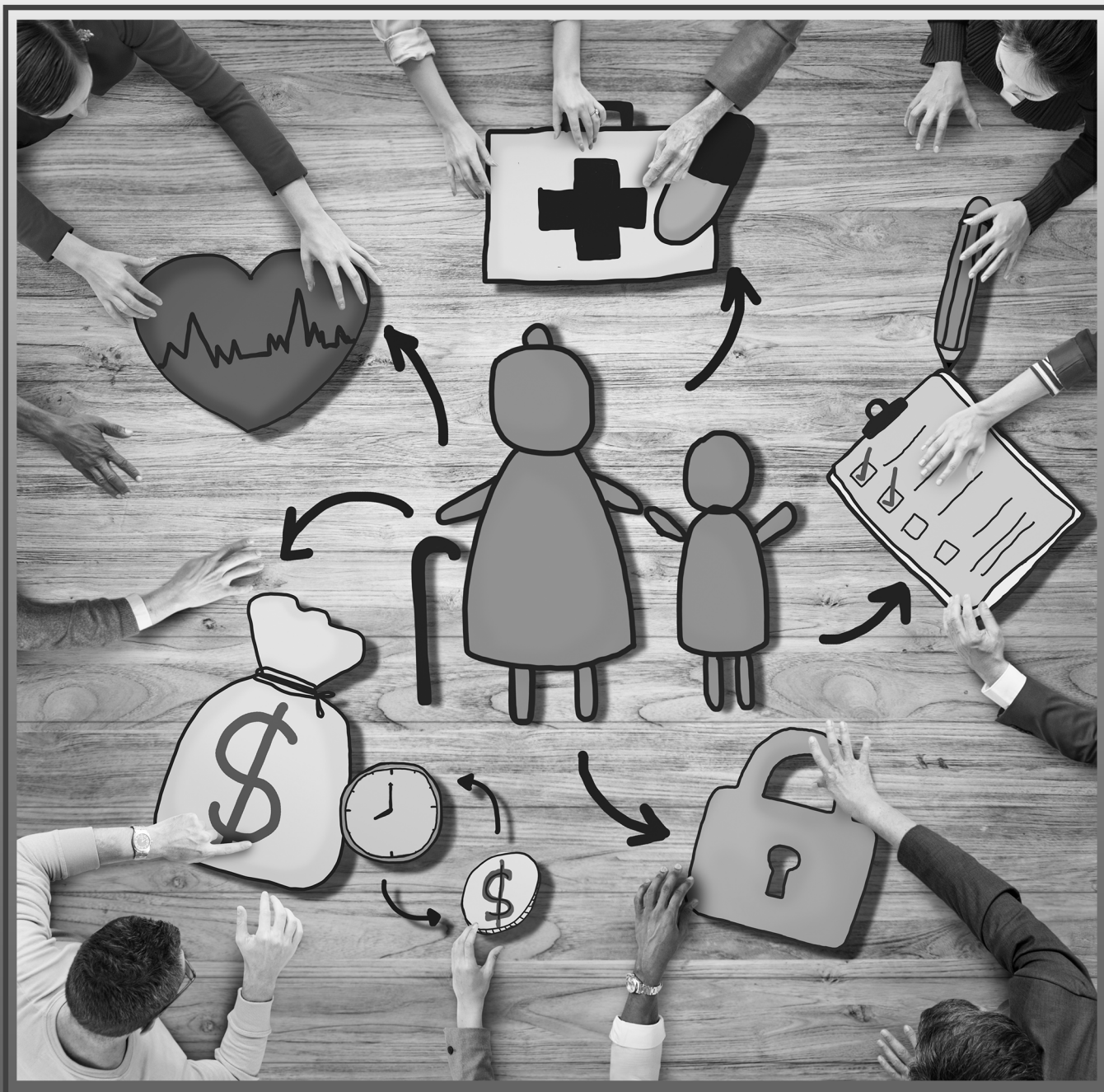


Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista

2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro

Copyright © Atena Editora

Edição de Arte

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores

pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Processos de subjetivação no
serviço social**
2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P963 Processos de subjetivação no serviço social 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-232-6

DOI 10.22533/at.ed.326202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: UMA BREVE ANÁLISE DE SUAS IMPLICAÇÕES E FUNDAMENTOS SÓCIOHISTÓRICOS	
Rodrigo de Souza Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.3262029071	
CAPÍTULO 2	12
O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO AVANÇO DO CONSERVADORISMO	
Noêmia de Fátima Silva Lopes	
Clarice do Carmo Santos Souza	
Déborah Martins Soares	
Francine Rodrigues de Oliveira Rocha	
Sabrina Dias Fonseca Lima	
DOI 10.22533/at.ed.3262029072	
CAPÍTULO 3	23
POR UMA ANÁLISE DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO – DESAFIOS PARA A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
Thiago Bazi Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.3262029073	
CAPÍTULO 4	36
DIMENSÃO RELIGIOSA E ÉTICO-POLÍTICA NA FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI: TEMAS PARA O SERVIÇO SOCIAL	
Pollyanna de Souza Carvalho	
Letícia Machado de Araujo	
Verônica Gonçalves Azeredo	
DOI 10.22533/at.ed.3262029074	
CAPÍTULO 5	47
PARTICULARIDADES DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: CICLO AUTOCRÁTICO, TENDÊNCIA DE RENOVAÇÃO, PROJETO ÉTICO-POLÍTICO	
Josicleide de Oliveira Freire	
Edjane Aragão Dias de Goes	
Jadna dos Santos Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.3262029075	
CAPÍTULO 6	58
A INFLUÊNCIA DAS CATEGORIAS GRAMSCIANAS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	
Cintia Maria da Silva	
Verônica Maria do Nascimento Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3262029076	
CAPÍTULO 7	69
AS CONTRIBUIÇÕES DA MONITORIA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	
Tatiana de Lima Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3262029077	

CAPÍTULO 8	80
O DIÁRIO DE CAMPO: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
Valéria Debortoli de Carvalho Queiroz	
Maria Terezinha da Silva	
Leylla Magna dos Santos Residente	
Samantha Freitas Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.3262029078	
CAPÍTULO 9	89
FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL I NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD) EM CUIABÁ/MATO GROSSO	
Cláudia Regina Paese	
DOI 10.22533/at.ed.3262029079	
CAPÍTULO 10	98
PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: UMA EXPERIÊNCIA DESAFIADORA NO CONTEXTO PRIVADO	
Milene Lúcia Santos	
Andreia Agda Silva Honorato	
John dos Santos da Silva	
Maria Cristina Campos da Silva	
Maurício da Silva Santos	
Tatiane do Nascimento Bastos Nunes	
Rosineide Alves de Amorin	
DOI 10.22533/at.ed.32620290710	
CAPÍTULO 11	109
O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL (MESS): UMA MEDIAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS/AS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL	
Jodeylson Islony de Lima Tomascheski	
DOI 10.22533/at.ed.32620290711	
CAPÍTULO 12	118
TIRA A MÃO DA MINHA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: MOVIMENTO ESTUDANTIL EM TEMPOS DE CORTES ORÇAMENTÁRIOS	
Nívia Barreto dos Anjos	
DOI 10.22533/at.ed.32620290712	
CAPÍTULO 13	130
AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM TRÊS RIOS: UMA ANÁLISE APROXIMATIVA DO SERVIÇO SOCIAL	
Sueli do Nascimento	
Julia Marinho Moreira da Silva	
Vanessa Miranda Soares	
Thais Carpinter de Souza	
Luzineth Corrêa da Silva Carvalho	
Caroline de Carvalho Pinto	
Vanilda de Oliveira Carvalho Pinto	
Patrícia Bonfante Soares Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.32620290713	

CAPÍTULO 14	140
A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA's)	
Jodeylson Islony de Lima Tomaszewski	
Ana Cleide Ferreira de Souza	
Francisca Fabiana Lima	
DOI 10.22533/at.ed.32620290714	
CAPÍTULO 15	152
O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS - GAP	
Gisleane Silva de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.32620290715	
CAPÍTULO 16	164
O ACOLHIMENTO REALIZADO PELO SERVIÇO SOCIAL EM SITUAÇÃO DE ÓBITO NEONATAL	
Brenda Gonçalves de Sales Costa	
Conceição Rodrigues Teodózio	
Daiana de Melo Barros	
Elayne Cristina da Costa Ferreira	
Ana Beatriz Araújo Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.32620290716	
CAPÍTULO 17	171
O MÉTODO HISTÓRIA DE VIDA ENQUANTO METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS PCD'S DO ICESA/UFPA	
Ana Maria Pires Mendes	
Ana Paula Dias Martins	
Alexandre Fellipe A. dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.32620290717	
CAPÍTULO 18	179
A OPERACIONALIZAÇÃO DAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS REALIZADA ATRAVÉS DAS ASSISTENTES SOCIAIS DA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - SAEST: O ACESSO DE ALUNOS Pcds EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E OS AUXÍLIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA-DIRECIONADOS E ESTE PÚBLICO	
Eracele do Carmo Conceição	
DOI 10.22533/at.ed.32620290718	
SOBRE A ORGANIZADORA	191
ÍNDICE REMISSIVO	192

CAPÍTULO 2

O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO AVANÇO DO CONSERVADORISMO

Data de aceite: 01/07/2020

Data de Submissão: 03/04/2020

Noêmia de Fátima Silva Lopes

Professora efetiva do curso de Serviço Social -
Departamento de Política e Ciências Sociais da
Universidade Estadual de Montes Claros/MG
Montes Claros/MG

<http://lattes.cnpq.br/6595668110015755>

Clarice do Carmo Santos Souza

Graduanda do 7º Período do curso de Serviço
Social - Departamento de Política e Ciências
Sociais da Universidade Estadual e Montes
Claros/MG
Montes Claros/MG

<http://lattes.cnpq.br/1528495395956069>

Déborah Martins Soares

Graduanda do 7º Período do curso de Serviço
Social - Departamento de Política e Ciências
Sociais da Universidade Estadual de Montes
Claros/MG
Montes Claros/MG

<http://lattes.cnpq.br/9860898396242480>

Francine Rodrigues de Oliveira Rocha

Graduanda do 7º Período do curso de Serviço
Social - Departamento de Política e Ciências
Sociais da Universidade Estadual de Montes
Claros/MG
Montes Claros/MG

<http://lattes.cnpq.br/8723891905904728>

Sabrina Dias Fonseca Lima

Graduanda do 7º Período do curso de Serviço
Social - Departamento de Política e Ciências
Sociais da Universidade Estadual de Montes
Claros/MG

Montes Claros/MG

<http://lattes.cnpq.br/8485665763151869>

RESUMO: O trabalho se configura como uma atividade vital e exclusivamente humana. Contudo, no capitalismo as relações sociais são reduzidas a relações econômicas. Nesse sentido, o Serviço Social atua nas contradições produzidas pelo sistema capitalista, frente ao avanço do conservadorismo e ao agravamento das desigualdades sociais. Diante da atual conjuntura, é necessário refletir sobre as lutas e resistências da classe trabalhadora e sobre o compromisso com o projeto ético político, rumo à superação da ordem vigente.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Serviço Social; Conservadorismo.

THE WORK OF SOCIAL WORK IN FRONT OF
THE ADVANCEMENT OF CONSERVATISM

ABSTRACT: Work is configured as an vital activity and exclusively human. However,

no capitalismo as social relations are reduced as economic relations. Social Work acts in the contradictions produced by the capitalist system, in the face of the advancement of conservatism and the worsening of social inequalities. In view of the current situation, it is necessary to reflect on the struggles and resistance of the working class and on the commitment to the political ethical project, towards overcoming the current order.

KEYWORDS: Work; Social Work; Conservatism.

1 | INTRODUÇÃO

Segundo Marx (2007), o trabalho se configura como atividade vital e exclusivamente humana, pois o homem é um ser de projetos, capaz de pré idealizar os produtos dos quais precisa para a transformação da natureza antes mesmo de concretizá-los através dos processos de trabalho. Por meio da sua capacidade física e intelectual, o ser humano reconfigura, sempre que necessário, as suas relações com a natureza para a satisfação de suas necessidades, modificando a matéria natural, alterando a sua forma e a adaptando para uma finalidade distinta. É importante afirmar que a expressão “homem” neste estudo foi apropriada no sentido de humanidade, ser social, genericamente o indivíduo da espécie humana independentemente de sexo.

O primeiro ato histórico do homem, segundo Marx (2007), foi a produção dos meios necessários para a satisfação da sua existência. Nesse sentido, ao se produzir socialmente através da mediação do trabalho, além de um ser histórico, o homem tornou-se também um ser social (PONTES, 2016). Ao transformar a natureza pelo seu trabalho o homem também se transforma, pois, pelo trabalho tem a criação constante de algo novo. O trabalho gera novas necessidades, novas possibilidades e, conseqüentemente, novas habilidades, as quais dão origens a novas relações sociais.

No entanto, na sociedade capitalista, o trabalho converteu-se em uma forma de desumanização, deixando de ser uma realização humana no sentido ontológico, transformando-se em trabalho reificado, subjugado ao capital, que separa brutalmente o homem, os instrumentos de produção e o produto do trabalho. A essência do modo de produção capitalista decorre da redução do que é humano em simples mercadoria, cuja finalidade é produzir lucro como nos mostra Marx (2017) em seu livro “O capital”.

No contexto capitalista, conforme descrito por Marx (2017), as relações sociais são reduzidas a relações econômicas e o trabalho passa a ser mediado por contratos estabelecidos entre os possuidores dos meios de produção e os trabalhadores, que para garantir a sua subsistência vendem a sua força de trabalho ao capitalista. A ação transformadora do trabalho que constrói a existência do ser social tornar-se, então, fonte de estranhamento e de não realização dos homens e mulheres que trabalham, adquirindo um status de alienação, de acordo com Marx (2007): o/a trabalhador/a não se reconhece no resultado final do seu trabalho.

Nesse âmbito, Yamamoto (2012), num esforço de desvelar o significado social da profissão, defende a apreensão do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo e partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais. Segundo a autora, a literatura especializada sobre o tema (décadas de 80 a 2000) centrou-se na particularidade do Serviço Social enquanto trabalho concreto, ou seja, que satisfaz necessidades sociais.

O Serviço Social é uma profissão regulamentada na sociedade, como uma profissão liberal, que dispõe de relativa autonomia na condução do exercício profissional. Entretanto, essa autonomia é tensionada pela compra e venda da força de trabalho especializada a diferentes empregadores. O significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações estabelecidas com os sujeitos que o contrata.

A condição de trabalhador assalariado, regulada por um contrato de trabalho, impregna o trabalho profissional de dilemas da alienação e determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores. O assistente social lida, no seu trabalho cotidiano, com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias e segmentos populares, que são atravessadas por determinações de classes. De acordo com Yamamoto (2012), as marcas de origem da profissão estão situadas no bojo do reformismo conservador no Brasil, e renovam e preservam seus compromissos sociopolíticos com o conservadorismo no decorrer da evolução da profissão.

A partir desta perspectiva teórica, este estudo propõe analisar o trabalho do Serviço Social frente aos desafios impostos pelo conservadorismo. Compreende-se que a todo o momento, na atual conjuntura, há um esforço de retomada das ideias da gênese da profissão, do imediato e de uma permanência no campo da singularidade.

Diante desse contexto, verifica-se a relevância do aprofundamento deste debate na formação profissional e nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. Verifica-se uma dificuldade/crise de identidade/unidade, fortalecida por diversos e diferentes equívocos sobre o trabalho, suas competências e habilidades, bem como sobre o seu papel na sociedade e no mundo do trabalho, os quais devem ser desempenhados por essa profissão.

Assim, para esta análise, é levantado o seguinte questionamento: o que tem impedido a ruptura com as ideias e práticas conservadoras no trabalho do Serviço Social contemporâneo?

2 | SERVIÇO SOCIAL: UMA PROFISSÃO INSERIDA NA DIVISÃO SOCIAL E TÉCNICA DO TRABALHO

Compreende-se que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, atuando nas contradições produzidas pelo sistema capitalista.

Segundo Yamamoto (2012), a profissão tem como objeto de trabalho a questão social e suas expressões, produzidas pelo sistema burguês. A Questão Social é aqui compreendida como o produto da relação entre capital e trabalho, ou seja, o resultado da contradição gerada por este processo na sociedade capitalista. Além disso, entende-se que este profissional se insere no processo de reprodução das relações sociais.

O surgimento do Serviço Social brasileiro na década de 1930 ocorre porque, a classe burguesa, juntamente com o Estado e a Igreja Católica, veem a necessidade de atuar nas mazelas da população para evitar revolta, tendo como referência o Serviço Social europeu. Nessa época, a acumulação capitalista não se dava mais exclusivamente através das atividades agrárias e de exportação: começa-se a investir em indústrias e abrir as fronteiras para o mercado internacional. Também entre 1917 e 1921 as lutas proletárias por sobrevivência, liberdade e trabalho começaram a se intensificar e a ganhar mais força (MARTINELLI, 2011).

Sendo assim, foi necessário uma refuncionalização do estado. Segundo Yazbek (2009), a partir de 1930, com a nova república, o Estado começa a buscar uma harmonia social, utilizando de estratégias para diminuir a tensão entre as classes sociais através de medidas como: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o salário mínimo, entre outras estratégias utilizadas pelo o governo de forma controladora, assistencialista e paternalista. O governo Vargas torna-se um Estado interventor e entende que a Questão Social é um problema administrativo, passando a desenvolver políticas para o seu enfrentamento com o intuito de desmobilizar a classe trabalhadora.

De acordo com Yazbek (2009), a Igreja terá um papel fundamental na formação das primeiras assistentes sociais, sendo ela responsável pelo ideário, pelas matérias e pelo processo de formação. Nesse sentido, em 1932 foi criado em São Paulo o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS, que tinha como objetivo o treinamento de agentes para a realização da prática social. A autora relata que o Centro surgiu a partir de um curso intensivo de “formação social para moças”, que foi planejado pelas Cônegas de Santo Agostinho, de abril a maio de 1932. Sobre o curso, Martinelli relata que:

(...) foi ministrado pela assistente social belga Adèle de Loneux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. A clientela desse primeiro curso foi construída por jovens católicas, algumas já participantes de atividades assistenciais ou militantes de movimentos da Igreja, e todas pertencentes a família burguesa paulista (MARTINELLI, 2011, p.123).

Em 15 de fevereiro de 1936, com a ajuda do CEAS, criou-se a primeira escola de Serviço Social no Brasil. Yazbek (2009) relata que, nessa época, a Questão Social era vista pelo viés da Igreja, ou seja, com um cunho moralista, de culpabilização do indivíduo, conservador, individualista, psicologizante, entre outros. Ademais, a autora explica que a formação se embasava na teoria tomista e neotomista, então, havia um ideal humanista-conservador que era contra o marxismo e o ideário neoliberal. No Rio de Janeiro, em

1937, a segunda escola de Serviço Social do país se tornou realidade pelo apoio do Cardeal Leme, de Stela de Faro e de Alceu Amoroso Lima, com cursos de formação e atividades ligadas à doutrina social da igreja. Vale ressaltar que “o neotomismo consiste numa retomada da filosofia expressa por Santo Tomás de Aquino no século XIII, que possui os princípios de dignidade da pessoa humana e do bem-comum (AGUIAR, 2011, p. 55-56)”.

Evidencia-se que, durante o governo Vargas, o campo de atuação profissional aumentou, pois as reivindicações da classe trabalhadora eram grandes. Foram criadas, a partir de então, várias políticas públicas higienistas, alienadoras, paternalistas e fragmentadas. Ademais, com a aliança do governo com os Estados Unidos, muitos cursos sofreram influência dos norte-americanos na sua formação, inclusive o Serviço Social, trazendo uma mudança no perfil dos profissionais, começando por inserir pessoas que não tinha como intuito somente a realização pessoal de ajudar os mais pobres, mas por englobar aquelas queriam uma profissão remunerada. Além disso, traz também uma burocratização do serviço e a defesa de um conservadorismo burguês, oferecendo políticas de “bem estar”.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961), o Serviço Social se alia com uma postura desenvolvimentista. Juscelino tinha um clima favorável para governar, pois todas as classes o apoiavam: ele incentivou o capital nacional e estrangeiro, investiu em transporte e energia e construiu Brasília.

Além disso, segundo Aguiar (2011), Juscelino via a pobreza como um risco, uma ameaça para a sociedade e a única forma de eliminá-la era através do desenvolvimento e da ajuda do capital estrangeiro. Também, nos seus discursos, ele trazia o viés de ordem e transformação, no sentido de fazer o desenvolvimento acontecer dentro desta ordem, ou seja, sem alterar o sistema vigente, fazendo somente algumas transformações para a sua melhoria.

Através do autor Aguiar (2011), percebe-se que o Serviço Social confia na postura do Juscelino (que também é cristão), e é nessa época que surgem os primeiros escritores sobre desenvolvimento de comunidade, que no geral tinham como embasamento teórico o positivismo, os quais não apresentavam as contradições da sociedade, mas sim como cada comunidade poderia resolver seus problemas sem entender a lógica do capital. Os assistentes sociais desenvolviam programas para melhorar a vida local e colocavam os usuários como transformadores da sua própria história, buscando uma “harmonia e equilíbrio” e integrando a classe trabalhadora no desenvolvimento da sua comunidade para o progresso do país.

Após Juscelino Kubitschek, o governo de Jânio Quadros deu continuidade ao desenvolvimentismo a partir de uma postura neoliberal, mas Jânio renunciou em 1961 e o seu vice João Goulart assumiu. Goulart não tinha a confiança dos militares da direita brasileira e dos Estados Unidos, ele era apontado como comunista, por defender medidas

como a Reforma Agrária (AGUIAR, 2011).

Deste modo, em 1964 ocorreu o golpe militar, o período de ditadura militar, onde o estado se estruturou para a manutenção e continuidade do padrão de acumulação, com uma funcionalidade econômica e política, modernizadora e conservadora. Foi um período de repressão, censuras e torturas, porém, foi no meio deste contexto de autoritarismo que o Serviço Social começa a repensar a profissão.

O processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, segundo Netto (2002), tem alguns elementos importantes para este processo: o primeiro é o contato do Serviço Social com outras profissões nas equipes multidisciplinares e com grupos da população politicamente organizados; o segundo se dá com o desgarramento do Serviço Social com a Igreja católica. Neste momento, a responsabilidade de formação não é mais da Igreja e o Serviço Social, ao longo dos anos, deixou de ser somente caridade e passou a ser uma profissão contratada também pelo Estado; o terceiro é o seu ingresso nas universidades, onde os estudantes tiveram contato com outras ciências e com movimentos estudantis; o quarto é o referencial teórico das ciências sociais da época que estava sendo ampliado o espaço para uma dimensão crítica e nacional-popular.

Necessitou-se discutir a profissão, então, entre 1967 e 1984, período em foram realizados seminários de teorização (Araxá, Teresópolis, Sumaré, Alto da Boa Vista e BH). Nestes seminários foi questionado se o Serviço Social era ciência e qual era o seu objeto de trabalho; também se discutiu, formulou e sistematizou como deveria ser a atuação profissional, entre outras questões. Porém, os profissionais não concordavam em suas discussões, pois havia perspectivas em constante disputa (NETTO, 2002).

Uma delas era a perspectiva teórica que se embasava no positivismo e no funcionalismo, chamada no Serviço Social de perspectiva modernizadora. Esta não almejava a superação do modo de produção capitalista, mas sim sua reformulação, tinha uma postura desenvolvimentista e de ajustamento dos indivíduos sociais à cultura capitalista.

Em Sumaré, a perspectiva de reatualização do conservadorismo ganhou maior voz, propondo retornar para a base tradicional da profissão (com ações paliativas, endógenas, de ajustamento e coerção). Situação semelhante ocorreu em Alto da Boa Vista. Mas foi em Belo Horizonte, na Escola de Serviço Social da PUC – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, que surgiu o chamado método BH, que participou e influenciou o movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo, numa perspectiva com um viés marxista (NETTO, 2002).

Essas discussões das décadas de 1960, 1970 e 1980 não romperam totalmente com o conservadorismo na profissão, mas provocaram nos assistentes sociais a necessidade de (re)pensar o papel do Serviço Social e como ele devia se posicionar fortalecendo o movimento chamado de 'intenção de ruptura com o conservadorismo', que foi influenciado pela conjuntura política da época. Este surgiu e ganhou forças também no interior da

profissão do Serviço Social no Brasil.

A ruptura com a herança conservadora se expressa como uma luta para alcançar novas bases de legalidade da ação profissional do assistente social, que, reconhecendo as contradições presentes nas condições do exercício profissional, se coloca a serviço dos interesses dos usuários. Não se reduz a um movimento interno da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de força entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado as suas atividades e pela forma de conduzi-las (IAMAMOTO, 2002, p. 37).

A partir desse movimento, a profissão do Serviço Social assume um novo rumo e constrói coletivamente uma direção política, teórica e ética que nega o conservadorismo histórico, defendido pela vertente ligada ao pensamento conservador, que desde a sua gênese prevaleceu e norteou sua prática no Brasil.

Em 1979 foi realizado o Congresso dos Assistentes Sociais Brasileiros e a direção do congresso foi assumida pelos profissionais que defendiam uma perspectiva crítica para o Serviço Social: uma profissão que de fato estivesse ao lado dos anseios da classe mais empobrecida. Chamado de Congresso da Virada, a iniciativa trouxe novas possibilidades de análise da vida social, da profissão e dos indivíduos com os quais o Serviço Social trabalha. Defendem e denunciam o conservadorismo, que fazia do Serviço Social uma profissão que servia simplesmente aos interesses do capitalismo (CFESS, 2009).

A partir deste momento, o Serviço Social começou a se posicionar diante das contradições geradas pelo capitalismo e, coletivamente, começou a construir no interior da profissão as mudanças necessárias no *ethos* profissional, frente às relações sociais de trabalho. A elaboração de um novo Código de Ética, em 1986, tornou-se um divisor de águas entre o Serviço Social conservador e o Serviço Social crítico. Já em 1993, a sua reformulação demonstra a maturidade profissional e uma posição clara ao lado da classe trabalhadora e dos seus principais interesses.

Cumprir lembrar que os códigos de ética do Serviço Social de 1947, 1965 e 1975 eram códigos apenas normativos e até punitivos aos profissionais, acentuando a herança conservadora existente desde a gênese da profissão. Os códigos de 1986 e 1993, contudo, rompem com este *ethos* conservador, influenciados pela apropriação teórica marxista, fortalecendo o projeto ético político do Serviço Social (BARROCO E TERRA, 2012).

No Código de Ética encontram-se a explicitação do significado do Serviço Social, seu histórico, sua visão ética, seus valores e finalidades. Nele estão inscritos também onze princípios fundamentais, que são prescrições formadas por valores éticos e políticos e por suas formas de viabilização. Estes princípios referem-se a valores essenciais, fundantes de outros valores presentes no código de ética. A emancipação é o valor humano genérico mais central do código de ética, sinalizando sua finalidade ético-política e genérica. Os demais princípios essenciais à liberdade, à justiça social, à equidade e à democracia são valores e formas de viabilização da emancipação humana (BARROCO E TERRA, 2012).

Em 1993 também foi aprovada a Lei (nº 8.662/93), que Regulamenta a Profissão do Serviço Social. A partir desse momento, aprofunda-se mais ainda o arcabouço teórico-metodológico e ético-político. Essa posição ético-política refletia uma nova direção da categoria profissional, que vinha dos movimentos sociais, da luta sindical e de uma formação marxista nas universidades. Este processo sócio histórico fez e faz parte da construção do projeto ético-político profissional, o qual requer um conjunto de mediações que articulem a luta por um projeto societário anticapitalista com estratégias de enfrentamento das expressões da questão social na contemporaneidade. O Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, além dos movimentos sociais, encontros, seminários, congressos dão o tom da ação dos sujeitos na luta coletiva (CFESS, 2009).

3 | DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE AVANÇO DO CONSERVADORISMO

Na contemporaneidade há uma tensão entre o projeto profissional que afirma que o assistente social é um ser prático, dotado de liberdade, que possui capacidade de buscar projeções e de buscar implementá-las na vida social e a condição própria de trabalhador assalariado, de condições de trabalho precarizadas e com baixa remuneração (IAMAMOTO, 2005).

Dentre os inúmeros desafios do trabalho do Serviço Social, encontra-se no cotidiano profissional o de romper com as categorias presentes nas leituras do trabalho do assistente social. Muitas vezes, com vieses fatalistas e messiânicos, essas são perspectivas que contribuem para o não envolvimento e participação de ações coletivas, que permitam, de fato, trazer para o centro do debate o exercício e o trabalho cotidiano como uma questão central da agenda da pesquisa e da produção acadêmica dessa área (IAMAMOTO, 2005).

Nos dias atuais, observa-se um momento histórico do fortalecimento da ideologia conservadora, inclusive no Brasil, o que impacta diretamente no serviço social; profissão que possui como objeto de trabalho a questão social e suas expressões, emanadas da relação entre capital e trabalho. O conservadorismo vem reafirmar o caráter da gênese da profissão: a caridade, a filantropia, a amenização de conflitos, dentre outros.

Segundo Iamamoto (2013), o conservadorismo é um pensamento que está diretamente ligado ao modo de vida passado e este pensamento é posto para que se interprete o modo de vida presente, de forma que a sociedade capitalista se beneficie. A autora compreende que:

Os conservadores são assim “profetas do passado”. Recorrendo a categorias típicas do racionalismo capitalista, labora-se a exaltação deliberada de formas de vida que já foram historicamente dominantes e que passam a ser considerados variados para a organização da sociedade atual [...] (IAMAMOTO, 2013, p. 25).

O pensamento conservador tem uma forte ligação com a igreja católica e esse

pensamento foi um traço marcante para o Serviço Social europeu, o qual influenciou diretamente no serviço social brasileiro (MARTINELLI, 2011).

Barroco (2010) afirma que o conservadorismo se mostra de forma contraditória, o que a autora considera ser uma negação da própria ética, seja quando sua mentalidade oculta um posicionamento de valor, ou quando a ética propõe assumi-la.

Podemos constatar que, em 1975, o código de ética não só reafirma o conservadorismo tradicional, mas, o faz na direção de uma adequação às demandas da ditadura consolidada a partir de 1968 (BARROCO, 2010, p.129-130).

Na década de 1960, em meio à ditadura, iniciou-se o processo de ruptura com o conservadorismo do Serviço Social brasileiro. Como já mencionado com o marco do Congresso da Virada, em 1979, a profissão se posicionou de forma crítica, com base na teoria social crítica de Marx e assumiu o compromisso ético político na defesa dos direitos humanos e da classe trabalhadora.

Netto (2011) denomina esse processo como “intenção de ruptura”, pois o conservadorismo não foi extinto da profissão. Dessa forma, há tanto profissionais críticos, que visam um projeto societário transformador, quanto profissionais que se posicionam em um projeto conservador. A partir dessa retomada histórica, pode-se compreender que o conservadorismo é uma forma de pensar e agir que resiste a mudanças nas esferas política, social, econômica e cultural. Dessa forma, propõe-se manter e preservar uma dada ordem social.

O conservadorismo está ligado diretamente à preservação do sistema capitalista e suas bases e, como característica, observa-se o fortalecimento da extrema direita. Constata-se uma centralização e concentração de capitais cada vez maiores, o que resulta na crescente desigualdade social, com o desemprego, o pauperismo, a privatização de estatais, e a mercantilização de serviços essenciais como a saúde, a educação, o trabalho e a previdência.

O objetivo do projeto dominante é o Estado mínimo, a opressão da classe trabalhadora, o reforço da meritocracia e a responsabilidade dos sujeitos pelo seu sucesso ou fracasso, ou seja, a regressão dos direitos sociais. Esse sistema opera também sobre o individualismo e a concorrência entre os trabalhadores, a partir do qual se busca a acumulação de riqueza e a manutenção do seu poder.

Conforme Yamamoto (2015), essas novas configurações da questão social na contemporaneidade são expressas na banalização do ser humano, na coisificação dos trabalhadores, na reificação das relações sociais e no processo de alienação. O papel do conservadorismo nessa dinâmica é a crescente adesão de indivíduos a movimentos neonazistas, à criminalização de movimentos sociais, dentre outros, os quais revelam o caminho do retrocesso.

Observa-se um crescimento do pensamento conservador, reforça-se e retomam-se ideias de intolerância, autoritarismo e imposição da força e da violência no controle do

Estado. Assiste-se, ainda, na atual conjuntura política brasileira, as diversas tentativas de contrarreformas do Estado, que ampliam e intensificam os desafios para o Serviço Social contemporâneo, conseqüentemente a toda classe que vive do trabalho. Aqueles que sequer têm trabalho e estão dentre os mais de cinco milhões de desempregados no país sofrem uma violência qualificada através da fome, da falta de moradia, educação, saúde, falta de dignidade e cidadania.

Por conseguinte, são perceptíveis as inúmeras conseqüências danosas do conservadorismo no âmbito da sociedade e no Serviço Social. Dessa maneira, o atual contexto requer do assistente social o distanciamento da neutralidade e um conhecimento amplo político, social e econômico. É necessário que os profissionais, juntamente com os trabalhadores, busquem construir a consciência de classe como forma de resistência e superação do atual modo de produção.

A fim de que isso ocorra, é preciso resistir às estratégias advindas do capitalismo, para que assim, não haja manutenção e reprodução do conservadorismo. É indispensável um posicionamento crítico, que esteja firmado nos princípios do projeto ético político da profissão. É imprescindível ainda, conforme Netto (2011), através da dialética, rever e questionar a realidade, buscando alcançar a essência da mesma. Assim, é fundamental ir além do que está determinado pelo conservadorismo e, conseqüentemente, pelo capitalismo na busca por ruptura.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A todo o momento a classe trabalhadora vem sendo surpreendida com inúmeros retrocessos: sociais, políticos e econômicos, principalmente. Contudo, enquanto há retrocessos para a classe trabalhadora, há avanços para a burguesia, dona dos meios de produção. Esse avanço vem sendo construído e potencializado a partir de políticas neoliberais, da financeirização e apoio de capital estrangeiro, da privatização das estatais, das contrarreformas do estado, do estado mínimo e da retração dos direitos sociais.

A partir desta realidade, a profissão do Serviço Social enfrenta desafios ainda maiores, pois atua exatamente na contradição desta relação entre capital e trabalho, cheia de conflitos e expressões do que é imediato, singular, individual, aparente e alienado. Com isso, se distancia do seu projeto coletivo, aproximando-se de um cotidiano alienado e alienador, reforçando, também, ideias fatalistas e messiânicas, incapazes de criar estratégias de superação.

A realidade social complexa urge unidade da categoria, superação deste “lugar” através da participação nos movimentos sociais, dos sindicatos e das entidades da profissão. Desse modo, coletivamente poderão ser criadas alternativas de ruptura e superação com a ordem determinada, pois esta tem buscado eliminar as possibilidades de enfrentamento e resistência da classe trabalhadora, a qual somos pertencentes.

Compreende-se que as ideias conservadoras estão muito além da profissão do Serviço Social, desdobrando-se de várias outras maneiras, em vários outros setores. Assim sendo, buscou-se, com esta reflexão, a necessidade de unidade da categoria junto às lutas e resistências da classe trabalhadora, desde a formação de qualidade ao trabalho responsável e coerente com os compromissos assumidos com o projeto ético político, rumo à superação da ordem vigente.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BARROCO; Maria Lúcia Silva. TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.
- CFESS. **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/sem30anosdaviradacfesssite.pdf>. Acesso em 12 de mai. de 2019.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2015.
- IAMAMOTO, Maria Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2013.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. DE CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e o Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez 2012.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na Atualidade. **Atribuições Privativas do (a) Assistente Social em questão**. Brasília: CFESS, 2002.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2002.
- NETTO, José. Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.
- PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social: Um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. 8ª edição. S. Paulo: Cortez, 2016.
- YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CEFESS e ABEPSS, 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 95, 96, 97, 142, 147, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Apoio 6, 16, 21, 26, 28, 59, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 94, 111, 114, 119, 120, 122, 141, 152, 153, 156, 157, 158, 161, 167, 168, 182, 183, 188, 191

Assistência Estudantil 72, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 179, 183, 184, 187, 189, 190

Assistente Social 2, 7, 9, 14, 15, 18, 19, 21, 22, 36, 37, 46, 56, 62, 65, 66, 67, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 95, 96, 103, 104, 109, 114, 123, 138, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 168, 169, 171, 178, 179, 184, 191

Autocracia Burguesa 47, 48, 49, 50, 52, 53

C

Capital 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 15, 16, 19, 21, 22, 27, 33, 45, 48, 49, 50, 51, 56, 88, 103, 111, 112, 113, 115, 121, 123, 127, 128, 129, 132, 138, 141, 165

Capitalismo 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 18, 21, 27, 48, 49, 92, 104, 111, 133

Capitalista 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 24, 25, 34, 48, 49, 53, 66, 69, 76, 104, 105, 112, 131, 132, 141, 155, 159, 172

Conservadorismo 8, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 36, 40, 44, 45, 48, 53, 54, 55, 56, 81, 88, 115, 116, 149

Cultura 17, 28, 44, 46, 63, 64, 66, 93, 94, 95, 100, 103, 119, 120, 124, 138, 148, 153, 160, 182

D

Deficiência 30, 83, 119, 154, 158, 161, 162, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 188, 189, 190

Diário de Campo 80, 87, 88

Dimensão 8, 10, 17, 26, 36, 37, 39, 42, 45, 59, 60, 66, 80, 84, 87, 91, 101, 107, 120, 128, 151, 159, 162, 171

Dimensões 3, 8, 10, 53, 80, 81, 83, 84, 86, 134, 135, 142, 148, 149, 159, 160, 174

Direito 26, 32, 35, 46, 63, 95, 110, 118, 119, 120, 121, 126, 127, 137, 146, 154, 158, 172, 173, 177, 179, 180, 181, 189

Direitos 4, 6, 8, 9, 10, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 43, 44, 65, 77, 78, 79, 88, 89, 93, 115, 119, 121, 126, 128, 129, 134, 138, 146, 148, 150, 154, 160, 161, 162, 165, 166, 168, 169, 173, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 188, 189, 191

E

Educação 5, 20, 21, 25, 28, 29, 30, 31, 33, 42, 72, 73, 78, 79, 83, 88, 89, 90, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 103, 104, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 135, 137, 138, 145, 153, 158, 162, 165, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 188, 189, 190

ENESSO 19, 43, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116

Ensino 23, 31, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 83, 85, 89, 90, 92, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 129, 136, 156, 158, 165, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 189

Estado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 15, 17, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 32, 33, 43, 48, 49, 50, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 75, 76, 79, 88, 91, 95, 99, 113, 119, 121, 133, 135, 136, 138, 141, 142, 149, 158, 165, 166

Estágio 3, 74, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

Estudantil 72, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 179, 183, 184, 187, 189, 190

Ética 9, 18, 20, 22, 35, 43, 44, 46, 48, 55, 56, 57, 78, 82, 84, 91, 92, 110, 114, 144, 148, 151, 165

Ético-Política 18, 19, 36, 37, 45, 69, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 105, 109, 113, 114, 148, 159

F

Família 15, 95, 147, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 176

Formação 2, 11, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 28, 32, 36, 38, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 122, 123, 124, 128, 129, 131, 133, 137, 138, 139, 149, 151, 156, 173, 178, 182, 188

G

Gramsci 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 79

Gramsciana 61, 62, 64, 66

Grupo 7, 23, 38, 41, 42, 54, 74, 93, 94, 95, 98, 99, 101, 107, 108, 126, 134, 136, 143, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 176, 177, 178

H

História 3, 10, 11, 16, 23, 26, 27, 46, 63, 67, 79, 96, 99, 106, 108, 122, 127, 131, 133, 136, 137, 150, 159, 160, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 190

I

Instrumentalidade 57, 81, 88, 103, 106, 107, 108, 140, 141, 145, 148, 149, 150, 151, 158, 162

M

MESS 109, 110, 113, 114

Movimento 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 17, 18, 26, 31, 32, 39, 40, 44, 45, 46, 56, 62, 63, 64, 81, 85, 88, 105, 109, 110, 112, 113, 114, 118, 121, 122, 128, 134, 142, 160, 162, 173, 174

N

Narrativa 171, 173, 174, 175, 176, 178

Neonatal 164, 165, 166, 167, 169, 170

O

Óbito 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

P

PCD 171, 172

Pesquisa 1, 2, 19, 23, 37, 40, 41, 42, 43, 53, 69, 73, 74, 76, 79, 84, 92, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 117, 118, 120, 123, 124, 126, 131, 135, 136, 137, 140, 141, 154, 156, 160, 161, 170, 172, 175, 178, 180, 182, 187, 188, 191

Pnaes 119, 120, 122, 128, 129, 184, 189

Política Pública 128, 154, 158, 179

Política Social 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 36, 46, 50, 66, 80, 89, 97, 129, 142, 150, 162, 191

Políticas Públicas 16, 30, 34, 96, 102, 113, 128, 129, 142, 146, 154, 165, 169, 172, 173, 191

População 4, 5, 15, 17, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 59, 61, 62, 87, 94, 95, 99, 115, 120, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 160, 172, 180

Profissão 1, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 74, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 90, 93, 95, 103, 104, 107, 114, 116, 144, 146, 148, 149, 150, 151, 159, 160, 162, 167, 172

Profissional 1, 2, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 134, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 174, 191

Projeto Ético Político 12, 18, 21, 22, 55, 97, 166

Q

Questão Social 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 19, 20, 22, 35, 50, 51, 61, 66, 67, 78, 90, 92, 93, 95, 104, 130, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 141, 142, 144, 159, 160, 162, 172

R

Religiosa 36, 37, 38, 39, 42, 43, 46, 105

Renovação 17, 22, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 65, 68, 69

S

Saúde 5, 11, 20, 21, 25, 28, 29, 30, 31, 33, 46, 66, 72, 80, 88, 92, 93, 96, 97, 108, 119, 120, 124, 130, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 162, 164, 165, 166, 169, 170, 174, 177, 180, 191

Serviço Social 12, 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 128, 129, 130, 132, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 154, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 191

SUS 31, 141, 142, 144, 148, 150, 151, 165, 166

T

Trabalho 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 68, 69, 70, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 110, 111, 116, 120, 122, 123, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 187, 188, 189

U

UPA 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151

Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020